

ICNF: Mais de 5 mil hectares de floresta geridos com fogo controlado desde 2018

13 de Maio, 2020

A gestão de combustível com recurso a fogo controlado permitiu, desde 2018 até hoje, a limpeza de 5.113 hectares de floresta, noticiou a Agência Lusa, com base nas indicações do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

“A mensagem ‘Portugal sem fogos depende de nós’ é uma mensagem que não é rural, é uma mensagem urbana, porque a população do mundo rural não quer viver sem o fogo, porque o fogo é um instrumento”, afirmou o presidente do ICNF, Nuno Banza, defendendo a gestão de combustível florestal com recurso a prática de fogo controlado.

Numa audição na comissão parlamentar de Agricultura e Mar, na Assembleia da República, em Lisboa, Nuno Banza disse que, este ano, foram já realizadas “859 hectares de ações de gestão de combustível com recurso a fogo controlado”. O presidente do ICNF disse ainda que “no acumulado de 2018 a 2020, foram realizados mais de 5.000 hectares de gestão de combustível com recurso a fogo controlado, mais precisamente 5.113 hectares”, referindo também que o mundo rural vive no “ecossistema do fogo”.

Neste âmbito, o instituto tem a funcionar uma plataforma de queimas e queimadas, uma vez que “é muito relevante a quantidade de incêndios que se gera que tem ignição nas queimas de sobrantes ou nas queimadas extensivas que são realizadas para gestão de combustível no mundo rural”.

“Não quero um Portugal sem fogos, quero um Portugal com fogo controlado”, reforçou Nuno Banza.

Dos 278 municípios de Portugal continental, a plataforma de queimas e queimadas conta com a adesão de 265 concelhos, registando 545.998 ações em 2019 de gestão de combustível com recurso a fogo controlado. “Em 2020, até 15 de abril, já tinham sido registadas 527.757 ações”, adiantou o presidente do ICNF, referindo que “a população está, objetivamente, a aderir a este mecanismo”, permitindo que as queimas e queimadas aconteçam após autorização.

“Trazemos para um sistema regulado uma prática do mundo rural”, declarou Nuno Banza, lembrando que, além da gestão feita pelas equipas do ICNF através do uso de fogo controlado, a população do mundo rural utiliza este instrumento como “uma prática milenar de gestão de combustível”.

Lembrando que o Estado gere uma percentagem muito pequena da floresta portuguesa, na ordem dos 3%, uma vez que 97% é propriedade de privados, o responsável do ICNF assumiu que “há, objetivamente, uma dificuldade em intervir” na gestão florestal, inclusive pela falta de cadastro e pela

estrutura das propriedades, maioritariamente caracterizada por minifúndios.

Além destes desafios, Nuno Banza destacou o abandono do mundo rural e a dificuldade de mobilizar os proprietários para integrarem estruturas de gestão conjunta. “Já hoje corremos o risco de as pessoas não quererem investir na floresta, porque têm medo, porque acham que investir na floresta é perder dinheiro”, apontou o presidente do ICNF, considerando que o fenómeno dos incêndios, também, afasta as pessoas do investimento da floresta.

Sobre a intervenção do ICNF na defesa da floresta contra incêndios, além do acompanhamento dos planos municipais, está a ser instalada “uma faixa de interrupção de combustível, num investimento de vários milhões de euros”, intervindo em milhares de hectares por todo o país, numa rede com sete lotes ativos.

“Independentemente de serem terrenos públicos ou privados, estamos a instalar as faixas de interrupção de combustível”, avançou Nuno Banza, explicando que está a ser criada, do ponto de vista estrutural, uma maior capacidade do país se defender da possibilidade de haver incêndios com grande proporções ou com grande impacto negativo nas pessoas e bens.

Sobre o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, que vai ser apresentado na quarta-feira na Assembleia da República, o presidente do ICNF disse que o atraso na apresentação deve estar relacionado com a pandemia da Covid-19, ressaltando que, neste momento, “não faz sentido” fazer grandes alterações ao sistema.